



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE OUTUBRO DE 1978

Presidente: Ex.<sup>ma</sup> Sr. José Rodrigues Vitoriano

Secretários: Ex.<sup>mas</sup> Srs. Alfredo Pinto da Silva  
José Gonçalves Sapinho  
Maria José Paulo Sampaio  
José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Foram aprovados os n.ºs 90 a 98 do Diário.

Deu-se conta da apresentação de vários requerimentos e respostas a requerimentos.

O Sr. Deputado Vilhena de Carvalho (PSD) procedeu à leitura de um voto de pesar, que a Assembleia aprovou, alusivo ao 19 de Outubro de 1921. Formularam declaração de voto os Srs. Deputados Montalvão Machado (PSD) e Manuel Alegre (PS).

O Sr. Deputado Dieter Dellinger (PS) fez várias considerações sobre a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, referindo os trabalhos da 30.ª sessão.

O Sr. Deputado José Vitorino (PSD) tratou de vários problemas do Algarve como zona turística. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Luís Filipe Madeira (PS) e José Luís Nunes (PS).

O Sr. Deputado Carlos Carvalhas (PCP), criticando a política seguida pelo Governo, apontou a necessidade de uma nova política económica.

O Sr. Deputado Alberto Andrade (PS) referiu-se à estreia da peça Felizmente Há Luar.

O Sr. Deputado Anatólio Vasconcelos (PSD) falou sobre o recente Congresso das Comunidades Açorianas e o apoio a dar aos núcleos de emigrantes.

**Ordem do dia.** — Foram autorizados a intervir em audiência os Srs. Deputados António Macedo, José Luís Nunes e José Gomes Fernandes.

A Mesa informou da apresentação dos projectos de lei n.º 134/1 — Contrôlo da legalidade dos diplomas regionais e dos diplomas respeitantes às Regiões Autónomas, do PSD, e 135/1 — Alterações à Lei do Arrendamento Rural, do PCP, e da ratificação n.º 39/1, referente ao Decreto-Lei n.º 269/78, pedida pelo PCP.

Foi concedida prioridade e urgência para a discussão e votação dos projectos de lei n.º 131/1 — Criação do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro e 133/1 — Criação do Instituto Universitário da Beira Interior.

Sobre a nova metodologia para a eleição do Presidente da Mesa, que foi aprovada, proposta pela conferência dos grupos parlamentares, pronunciaram-se, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS), Veiga de Oliveira (PCP), Acácio Barreiros (UDP), Carlos Brito (PCP), Magalhães Mota (PSD) e Amaro da Costa (CDS). Emitiram declaração de voto os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS), Carlos Brito (PCP) — que respondeu depois a um protesto do Sr. Deputado Salgado Zenha (PS) — e Magalhães Mota (PSD).

Em seguida teve lugar a eleição da Mesa, tendo sido eleitos todos os elementos, à excepção do candidato proposto para Presidente.

Foi lido, entretanto, pelo Sr. Deputado Acácio Barreiros (UDP) um relatório da Comissão de Regimentos e Mandatos relativo a substituição de Deputados do PS.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

#### Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
Agostinho Martins do Vale.  
Albano Pereira da Cunha Pina.  
Alberto Arons Branco de Carvalho.  
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.  
Alberto Marques Antunes.  
Alfredo Fernando de Carvalho.  
Alfredo Pinto da Silva.  
Alvaro Monteiro.  
Amadeu da Silva Cruz.

António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Barros dos Santos.  
 António Cândido Macedo.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António José Pinheiro Silva.  
 António José Sanches Esteves.  
 Armando F. C. Pereira Baceiar.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Justino Luís Cordeiro.  
 Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
 Dieter Dellinger.  
 Etelvina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Reis Luís.  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Florêncio Quintas Matias.  
 Florival da Silva Nobre.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 Jerónimo da Silva Pereira.  
 João Alfredo Félix Vieira Lima.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João Joaquim Gomes.  
 João da Silva.  
 Joaquim José Catanho de Meneses.  
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Ludovina das Dores Rosado.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Luís Filipe Nascimento Madeira.  
 Luís José Godinho Cid.  
 Manuel Alegre de Melo Duarte.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Branco Ferreira Lima.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.  
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.  
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Mário Manuel Cal Brandão.  
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Telmo Ferreira Neto.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
 Victor Fernandes de Almeida.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 Américo de Sequeira.  
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 Antídio das Neves Costa.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António José dos Santos Moreira da Silva.  
 António Manuel Barata Portugal.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Armando António Correia.  
 Augusto Nunes de Sousa.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 João José dos Santos Rocha.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.  
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Ferreira Júnior.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Manuel Ribeiro Sérvalo Correia.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel Cunha Rodrigues.  
 Manuel Henrique Pires Fontoura.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Nicolau Gregório de Freitas.  
 Olívio da Silva França.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Alcino Cardoso  
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António Simões Costa.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Cunha Simões.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Maria José Sampaio.  
 Nuno Krus Abecasis.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Rui Garcia de Oliveira.  
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Joaquim Navalha Garcia.  
 António Marques Jusarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 António Pedro Valverde Martins.  
 Cândido de Matos Gago.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Eduardo Sá Matos.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Georgete de Oliveira Ferreira.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.  
 José Cavalheira Antunes.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.

Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.  
 Raul Luis Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Henrique Louro de Sá.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

#### Independentes

António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 215 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Estão em aprovação os n.º 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e 98 do *Diário*.  
 Há alguma objecção?

#### *Palavra.*

Como não há, consideram-se aprovados.

Encontram-se na Mesa os seguintes requerimentos apresentados na última sessão: ao Ministério dos Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Walter Cudell; ao Ministério da Comunicação Social, formulado pelo Sr. Deputado António Loja; ao Ministério da Indústria e Tecnologia, formulado pelo Sr. Deputado Barbosa da Costa.

Encontram-se também na Mesa as seguintes respostas a requerimentos: do Ministério dos Transportes e Comunicações, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Sousa Marques e Manuel Gonçalves, na sessão de 15 de Junho passado; do Ministério da Agricultura e Pescas, ao requerimento apresentado pelos Srs. Deputados Vítor Louro, Custódio Gingão e Manuel Moita, na sessão de 6 de Setembro passado; da Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Cacela Leitão, na sessão de 15 de Junho passado; da Secretaria de Estado da Comunicação Social, ao requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Nandim de Carvalho, na sessão de 22 de Agosto passado; da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, ao requerimento apre-

sentado pelo Sr. Deputado Florival Nobre, na sessão de 25 de Outubro de 1977.

Vou agora dar a palavra ao Sr. Deputado Vilhena de Carvalho para fazer a apresentação de um voto de pesar.

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho imenso prazer, e é grande a honra que sinto neste momento, em usar da palavra para ler um voto do meu partido redigido pelo nosso colega de bancada Nuno Rodrigues dos Santos. Sinto-me feliz por ser o leitor desse mesmo voto, quer pelo seu conteúdo, quer pelo seu autor.

### Voto proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata

A Assembleia da República:

Verificando registar-se hoje a efeméride relativa ao repulsivo acontecimento histórico ocorrido em 1921 e designado e conhecido pelo «19 de Outubro» — que consistiu na chacina levada a cabo por um bando de meliantes aparentemente oriundos ou a soldo do extremismo conservador ou radical — de grandes vultos da República como eram Machado dos Santos, António Granjo e Carlos da Maia;

Recordando a ferocidade selvagem que caracterizou a actuação dos assassinos tripulantes da «camioneta fantasma», no decurso da desde então denominada «noite sangrenta», os quais jamais confessaram explicitamente ou souberam ao menos delinear as ideias e sentimentos que os motivaram então;

Reconhecendo terem os factos agora amarguradamente rememorados constituído uma preparação deliberada ou inconsciente do 28 de Maio, cujos promotores viriam a tentar fundamentar a suposta legitimidade da sua iniciativa revolucionária na dura necessidade de se restabelecer a ordem assegurando o império da lei;

Considerando que dos factos expostos emerge a amarga lição de a democracia exigir para a sua normal subsistência uma permanente vigilância e um constante esforço de dilatação do respeito pela sua ordem jurídica:

Delibera:

Formular um voto de profunda mágoa pelo sacrifício imposto às vítimas do 19 de Outubro;

Manifestar o seu respeito pela memória das mesmas, extensível aos que, então, com risco da própria vida, como aconteceu com Cunha Leal, procuraram evitar a prática do nefando crime em curso;

Chamar a atenção de todos os democratas sinceros e autênticos para a viva necessidade de se conservarem fiéis aos seus ideais e para o indeclinável dever que lhes cabe de permanecerem dispostos a defender, em todas as circunstâncias, as instituições, os costumes e os sentimentos prevaletentes em qualquer democracia.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o voto está em discussão.

*Pausa.*

Vai proceder-se à votação do voto de pesar apresentado pelo Partido Social-Democrata.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade e aclamação.*

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Em 19 de Outubro de 1921, numa das mais negras horas da República Portuguesa, foram miserável e traiçoeiramente assassinados, por hordas irresponsáveis e antidemocráticas, três figuras ímpares na história da democracia portuguesa: António Granjo, Machado dos Santos e Carlos da Maia.

O Partido Social-Democrata não podia deixar passar em claro, sem viva lembrança, esta nefasta data.

Por um lado, para chamar a atenção da nossa jovem democracia de hoje para a solução que forças ditas políticas de então encontraram para satisfação dos seus anseios: o assassinio a sangue-frio, covarde e traiçoeiro daqueles que politicamente pensavam de forma diferente da sua.

Por outro lado, para mais uma vez mostrar o nosso repúdio por todas e quaisquer soluções de violência.

Só no respeito de todos e por todos podemos construir a democracia. Não somos nem queremos ser mais nem menos do que os outros. Mas queremos, isso sim, defender soluções pacíficas, dialogantes, honestas e leais com as restantes forças democráticas.

António Granjo, Machado dos Santos e Carlos da Maia foram figuras que deixaram, em vida e depois dela, uma áurea de republicanismo, democracia, honestidade e seriedade que ninguém pode pôr em dúvida.

Justo é lembrá-los hoje, até como lição para os homens de agora e para os vindouros.

António Granjo, muito novo ainda, estudante em Coimbra, fez parte do Comité Revolucionário Académico, que tão grande influência teve na queda da Monarquia e nos primeiros tempos da República.

Foi Deputado às Constituintes, Ministro de várias pastas e Presidente do Conselho de Ministros por várias vezes.

Sucedeu a António José de Almeida na direcção do jornal *República*.

Era homem de invulgar prestígio de norte a sul do País. Sensato nas suas opiniões, lúcido e realista nas suas análises, inteligente e humano, nobre de carácter e com a lhaneza de trato do transmontano típico.

Durante a Grande Guerra, e quando porventura lhe tinha sido relativamente fácil fugir ao cumprimento dos seus deveres militares, não recuou um passo. Alistou-se no Corpo Expedicionário Português e bateu-se heroicamente em França.

Foi este um dos homens que a «camioneta fantasma» foi arrancar ao sossego da sua casa, conduzida por pseudo-revolucionários que outra coisa não eram que miseráveis assassinos. Foi este um dos homens que eles mataram no Arsenal da Marinha em 19 de Outubro de 1921.

Machado dos Santos, herói do 5 de Outubro, obreiro dos primeiros na implantação da República, militar brioso, valente, honrado, sério e digno, foi outra das vítimas assassinadas nessa trágica noite.

De nada lhe valeu ser quem era e ter sido o que fora. A sanha dos assassinos, o ódio dos seus inimigos foram maiores que o respeito por uma vida humana.

O mesmo se diga de Carlos da Maia, democrata puro e infatigável na luta republicana, militar heróico e brioso, portador de um nome inatacável, respeitador e respeitado, digno e valente como poucos. Também ele foi arrebanhado pela «camioneta fantasma». Também ele foi miseravelmente assassinado nessa trágica noite.

Faz-nos bem, a todos nós, lembrar hoje, decorridos que são cinquenta e sete anos, estes três nomes.

Manifestar, pela sua memória, o nosso maior respeito e profundo pesar.

E ao mesmo tempo reflectir sobre as razões que terão levado à sua morte, sobre a existência de homens que são capazes de matar para satisfazer os seus ódios e as suas mesquinhas vinganças.

Hoje, como então, impõe-se que digamos bem alto que não queremos mais 19 de Outubro, mais «camionetas fantasmas», mais assassinios políticos.

Até porque, se nós, democratas, todos os democratas, não formos suficientemente fortes no nosso querer e na nossa vontade, bem pode acontecer que voltemos a deparar com noites negras e sangrentas, como a de 19 de Outubro de 1921.

Dependerá de nós, e só de nós, que isso não volte a acontecer.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O grupo parlamentar socialista associou-se a este voto e votou a favor porque consideramos que é um acto de justiça desta Assembleia prestar homenagem a estes grandes vultos da República e da democracia. Em segundo lugar, votámos a favor porque consideramos necessário, sobretudo hoje, repudiar a violência, o terrorismo e o assassinio político como forma de luta política.

O Sr. António Macedo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, porque consideramos que é importante em todas as circunstâncias defender os valores da República e os ideais democráticos.

Queremos lembrar que no tempo da ditadura, no tempo do MUD, elementos fascistas insinuaram que o 19 de Outubro tinha sido organizado e perpetrado por elementos da esquerda. Levantou-se então a voz do padre Alves Correia, exilado por Salazar, num artigo publicado no jornal *República* e intitulado «O mal e a caramunha». O padre Alves Correia teve então a coragem de dizer que esse crime tinha sido feito e cometido por elementos da reacção, cito, «da mais negra reacção».

O Sr. António Macedo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Queremos aproveitar este momento para prestar homenagem à grande figura do padre Alves Correia, que, como muitos outros democratas, lutou nos tempos do fascismo pela defesa dos valores da República, pela liberdade e pela democracia.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dieter Dellinger para uma intervenção.

O Sr. Dieter Dellinger (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entre os passados dias 27 de Setembro e 5 de Outubro teve lugar em Estrasburgo a segunda parte da 30.ª Sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, na qual estiverem Deputados dos quatro grupos parlamentares da Assembleia da República.

A evolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa de um órgão puramente consultivo do Comité de Ministros para um órgão deliberativo é hoje uma realidade, relativamente à qual o Comité de Ministros mais não pode do que curvar-se, aceitando as recomendações dos parlamentares de vinte nações democráticas da Europa.

Como é costume, as sessões da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa são precedidas de deliberações políticas no seio dos respectivos grupos políticos ou parlamentares, dos quais o grupo socialista é o maior de todos: com 55 efectivos em 168 Deputados, ou 110 membros, contando os suplentes que podem estar presentes e votar nas reuniões dos respectivos grupos.

Tal como de outras vezes, nós, os socialistas portugueses, apoiámos no seio do grupo socialista os enérgicos esforços a realizar de futuro para promover mais um avanço no sentido da parlamentarização da Assembleia do Conselho da Europa e que tem vindo a sofrer por parte das forças conservadoras um acentuado obstrucionismo nas respectivas comissões.

Sem pretender desvendar os segredos dos socialistas e sociais-democratas no Conselho da Europa, posso mesmo acrescentar que a sua presença futura naquela instituição parlamentar depende da forma como se conseguir a aprovação das reformas pretendidas, que mais não visam do que estruturar parlamentarmente a Assembleia do Conselho da Europa, de modo a torná-la na autêntica consciência política e moral da grande Europa: naquela que vai da Islândia a Malta e da Porta do Brandenburgo à ilha das Flores, ao Porto Santo e ao arquipélago das Canárias, que todos nós queremos ver unida em torno de valores fundamentais como a Carta Europeia dos Direitos do Homem, a Carta Social, etc.

Naturalmente, não será ainda na próxima sessão da Primavera que o problema será posto com a sua acuidade, mas não deixará já de se fazer reflectir a necessidade das reformas socialistas e sociais-democratas delineadas para o Conselho da Europa. Fundamentalmente, socialistas e sociais-democratas querem ver consagrados os princípios parlamentares da funcionalidade em grupos políticos com a inerente alteração de estatutos, de modo a permitir uma reorganização dos lugares utilizados pelos Deputados, que deixarão de ser por ordem alfabética. Isto, além da orgânica sistemática da liderança política no interior dos grupos afins.

Não é bem uma assembleia onde cada um usa da palavra sem qualquer reflexo por parte da imprensa e outros órgãos de comunicação, que queremos, mas sim um autêntico Parlamento capaz de tomar decisões políticas de alto relevo e perfeitamente identificadas quanto à origem das mesmas.

Para nós, socialistas portugueses, trata-se no Conselho da Europa de participar na construção da Europa socialista e democrática, tal como aqui na Assembleia da República se trata de construir um Portugal socialista e democrático. Não vemos, pois, como poderíamos afinar as nossas estratégias políticas com os outros part dos da Assembleia da República que naturalmente não defendem os mesmos objectivos.

Muito a custo e em pequenos passos opomo-nos no Conselho da Europa à construção de uma Europa simultânea das mercadorias e das grandes famílias — dos Anelli, dos Michelin, dos Flicks, dos Dassault, etc. —, opomo-nos àqueles que querem ver essas famílias à testa das grandes instituições europeias, como acontece com a candidatura do Sr. Agnelli, da Fiat, à presidência do Parlamento Europeu.

Por isso, estar numa Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa não é fazer diplomacia vulgar, é defender um ideário político perfeitamente concreto, que para nós é tão bom em Portugal como em qualquer nação europeia, se bem que nunca esquecemos as particularidades do nosso país e reivindicamos muito claramente um lugar ao sol para Portugal, como para a periferia sul da Europa. Por essa razão, os socialistas portugueses interessam-se visivelmente pelos problemas da emigração e não nos coibimos de fazer acerbas críticas à política da OCDE quanto à emigração, no que fomos acompanhados pela Comissão da População e Emigração, propondo também o reforço do diálogo entre o Norte e o Sul da Europa.

Todavia, não esquecemos que a presença de Portugal no Conselho da Europa tem-nos sido mais benéfica em termos financeiros do que o contrário, pois as ajudas prestadas pelo Conselho da Europa aos refugiados angolanos e timorenses, bem como o apoio a certos projectos de desenvolvimento regional, e não só, ultrapassam largamente as despesas que temos feito naquela instituição com uma embaixada, com a presença de membros do Governo e com as idas dos Deputados. Infelizmente, o actual Governo não entende assim e não tem deixado de criar dificuldades às nossas idas com burocracias demoradas para a obtenção da autorização de dispêndio de divisas. Parece haver mesmo um desejo de sabotar a actividade da Assembleia da República no Conselho da Europa, talvez por desconhecimento das relações financeiras entre Portugal e o Conselho da Europa. Como poderiam os tecnocratas conhecer estas coisas se as não acompanharam e se não se preocuparam com elas? Os competentes são assim, geralmente são competentes porque ignoram tudo. Enquanto nós, os socialistas, fazemos um esforço enorme para estudar qualquer assunto e nunca nos atrevemos a considerarmo-nos competentes, mesmo depois de longas horas de estudo e trabalho.

Essencialmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados: a sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que terminou no passado dia 5 de Outubro discutiu e aprovou os seguintes assuntos, alguns dos quais de extremo interesse: o alargamento do campo de aplicação da Convenção Europeia dos Direitos do

Homem, de modo a incluir novos direitos fundamentais de carácter económico, social e cultural; a revisão da Carta Social Europeia, no sentido de alargar os direitos específicos dos trabalhadores de uma forma mais lata, como o direito à codificação e à informação nas empresas; o direito à participação dos trabalhadores na fixação das suas condições de trabalho, a protecção dos trabalhadores contra os efeitos da racionalização empresarial; igualdade de oportunidades económicas, sociais e culturais, etc.; as medidas jurídicas para lutar contra o comércio de estupefacientes; a situação na Checoslováquia; a admissão da Linstenstaina no Conselho da Europa; a situação no continente africano; a análise do relatório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os refugiados; a situação dos emigrantes da segunda geração, tendo sido aprovado um importante documento de um Deputado belga valão com propostas muito concretas, que naturalmente subscrevemos, destinadas à dupla integração dos filhos dos emigrantes no país de acolhimento e na cultura dos pais.

Mas claro está que, neste aspecto, nós, socialistas, temos tido a preocupação de ser prudentes, pois nada queremos fazer que possa envolver os filhos dos nossos emigrantes na Bélgica nas querelas linguísticas que dividem flamengos e valões. Isto porque tivemos logo na Comissão da População e Emigração a percepção de que os belgas de língua francesa têm a consciência que é muito mais fácil integrar os jovens portugueses, espanhóis e italianos, e até os turcos, na sua comunidade etno-cultural, do que na comunidade flamenga, reconhecidamente mais fechada e exprimindo-se numa língua de mais difícil acesso e sem qualquer carácter internacional como é o francês. Mas, enfim, apoiamos o Deputado socialista belga sem mostrar exuberância, principalmente perante os Deputados flamengos.

A situação da comunidade judaica na URSS foi também um tema abordado nesta sessão do Conselho da Europa.

Todavia não fiz qualquer intervenção sobre este assunto, nem sobre a Checoslováquia ou o continente africano por me parecer que há no seio da Europa dos Vinte problemas comunitários suficientemente importantes para não se perder tempo com os outros continentes e povos. E será na medida em que consigamos construir uma Europa mais humana e democrática, assim como socialmente evoluída, que, através do nosso exemplo, podemos provocar evoluções semelhantes tanto nos países do Leste como em outros continentes.

No campo da ciência e tecnologia a Assembleia Parlamentar debruçou-se sobre problemas vários, dos quais salientamos: a política espacial europeia; os sistemas de teledeteção na Europa, de modo a permitir um estudo correcto dos fenómenos geológicos, meteorológicos, etc., do território europeu. Já teve a ocasião de enviar à Faculdade de Ciências de Lisboa alguns dos relatórios aprovados para estudo científico e eventual tomada de posição, pois o assunto voltará a ser discutido.

Também problemas de energia e ambiente, bem como da poluição das costas pelos hidrocarbonetos, foram abordados no Conselho da Europa.

Esperamos que as decisões tomadas quanto às necessidades de reforçar a segurança dos grandes petroleiros venham a ser uma realidade aprovada

pela maior parte dos governos europeus, o que para nós, portugueses, teria uma certa utilidade económica, já que a Lisnave e a Setenave são dois dos estaleiros que se poderão encarregar de transformar os petroleiros existentes, nomeadamente pela construção de cascos duplos, o que acabaria de vez com a maior parte dos derrames acidentais de ramas petrolíferas.

A 30.ª Sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa dedicou ainda uma parte do seu tempo aos assuntos económicos, começando por aprovar um relatório crítico às actividades da OCDE em 1977.

Como é sabido, a OCDE não possui órgão parlamentar próprio, pelo que é a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que faz as vezes, ouvindo-se então também as posições de parlamentares de países não europeus, mas membros da OCDE. Foi a vez agora de japoneses e australianos, bem como de Deputados finlandeses, cujo país não faz parte do Conselho da Europa mas é membro da OCDE. Estes Deputados, nomeadamente os australianos e os japoneses, transmitiram as suas opiniões, salientando-se a crítica dos australianos à política de auto-abastecimento alimentar da Comunidade Económica Europeia.

O único relatório português apresentado nesta sessão teve também como tema as actividades da OCDE, mas restritas aos problemas da emigração e que foi veiculado como relatório da Comissão da População, Emigração e Refugiados. Aqui foi criticado o pouco trabalho útil da OCDE no campo da política de emigração, resultante naturalmente da inexistência de uma política multilateral das nações europeias quanto a este aspecto, o que não sucede com o comércio internacional, transportes, etc. Todavia, salientaram-se os importantes estudos prospectivos realizados pela OCDE, a pedido do I Governo Constitucional Português e do Governo Turco. Um desses estudos é o já célebre relatório de Kindelberger, que do lado português recebeu um importante contributo do Sr. Prof. Ramos dos Santos, do Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa. Nele se fazem projecções da situação do emprego e emigração na Europa até 1990.

Tivemos então a ocasião de criticar a tendência dos economistas para extrapolarem no futuro, tendência dos últimos anos, já que a ciência económica não possui instrumentos científicos capazes de prever inflexões futuras ou alterações tendenciais. Isto a propósito da visão pessimista do referido relatório.

Dissemos ainda que a história demográfica dos últimos trinta anos da Europa, e de Portugal, bem como os progressos das ciências geológicas, agrónomicas e biológicas, além de outras, permitem admitir a existência de inflexões no emprego na Europa antes de 1990.

O referido relatório aconselha o arranque para políticas de retorno dos emigrantes, contra as quais nos precavemos com energia. Todavia, aprovamo-las parcialmente desde que sejam executadas nos moldes preconizados pela OCDE e no relatório de Kindelberger, isto é, com base em projectos de desenvolvimento regional destinados a criar novos postos de trabalho devidamente remunerados. Neste aspecto, a posição dos socialistas portugueses é de abertura prudente, como a dos I e II Governos Constitucionais. Salientá-

mos também várias vezes em comissão e em conversa com o Sr. Van Lennep, secretário-geral da OCDE, que para o efeito as sociedades de desenvolvimento regional, já previstas por lei, poderiam ter um papel importante, incidindo a sua acção na construção de infra-estruturas turísticas e agrícolas simultâneas, bem como em projectos industriais. Também dissemos que a experiência tida com a integração dos retornados das ex-colónias era de uma utilidade insofismável, já que de erros iniciais tirámos ilações que conduziram a um êxito não desprezível.

É que, apesar dos salários elevados, a exploração capitalista existente na Europa e a hostilidade social do meio ambiente levam a que a grande maioria dos emigrantes portugueses deseje regressar à pátria e considere que é dever dos políticos portugueses criar condições para que possam vir a ter colocações bem remuneradas na terra que os viu nascer. O 25 de Abril criou, apesar da pobreza do nosso solo e o atraso da nossa indústria, relações humanas que fazem qualquer trabalhador português no estrangeiro desejar a sua integração nas mesmas, a troco da necessária remuneração, como é evidente.

Termo aqui este relatório, Sr. Presidente, com a afirmação de que não me referi a alguns assuntos ainda abordados nesta sessão do Conselho da Europa, por serem a continuação de sessões anteriores, como a nova ordem internacional, os produtos de base, etc., e para não me alongar demasiado.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Vitorino para uma intervenção.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Costuma dizer o povo na sua sabedoria que «água mole em pedra dura tanto bate até que fura» e que «quem espera sempre alcança».

Pois bem, desde sempre o Partido Social-Democrata, dentro e fora desta Assembleia, procurou chamar a atenção das entidades responsáveis para a importância fundamental e para os gravíssimos problemas com que se debate Portugal no domínio das condições oferecidas aos turistas.

Mas até agora, e já lá vão mais de dois anos de normal funcionamento das instituições democráticas, para além das promessas feitas pelas duas experiências de Governos falhados (a sorte é que foram só experiências) ...

**Uma voz do PSD: — Muito bem!**

O Sr. Herculano Pires (PS): — Não apoiado!

O Orador: — ... nem se assistiu à execução de qualquer acção visível nem se tomou conhecimento de qualquer plano nacional e ou regional que permitisse ultrapassar as dificuldades. Daqui resulta, desde logo, que nunca se chegou a saber ao certo se apoiavam politicamente essa actividade ou se apenas a toleravam; se a questão foi de falta de vontade política ou de simples incompetência, sendo no entanto indiscutível que alguns já a atacaram. De qualquer modo, neste domínio como noutros, não se fez rigorosamente



nada, sendo o saldo negativo e intolerante, apesar das muitas referências ao aumento das divisas entradas no País.

O Algarve, além de uma enorme extensão de praia, dispõe de excepcionais condições em muitos outros aspectos, de que resulta existirem já cerca de 30 000 camas em hotéis, pensões e residenciais, e mais 50 000 em aldeamentos e outras instalações.

O número de profissionais directamente ligados à actividade é superior a 6000, mas haverá que ter ainda em conta os que dela dependem indirectamente.

Mas a pergunta que, com coragem e determinação (porque o País não suporta mais hesitações e malabarismos), o Partido Social-Democrata põe é esta: poder-se-á e dever-se-á dizer que no Algarve se faz e há turismo?

Começemos por Vila Real de Santo António e sua fronteira com a Espanha. O posto da guarda fiscal abre às 8 horas da manhã e fecha às 20 horas no Inverno e às 23 horas no Verão, o que provoca estrangulamentos extremamente sérios, com horas de bicha.

Há anos que se fala na ponte sobre o Guadiana, mas ainda nada se viu e é urgente que se avance.

Monte Gordo transformou-se um pouco numa lixeira pública, o mesmo se podendo dizer da zona circundante, e os cortes de água também são frequentes.

O hospital, com deficientes condições, não tem poder de resposta nem para os residentes nem para os visitantes, e a construção de outro impõe-se.

No concelho de Tavira sobressai a falta de urbanização e aproveitamento da sua maravilhosa ilha, praticamente abandonada, sendo urgente resolver o problema do acesso. O hospital também não dispõe nem de material humano nem de equipamento suficiente.

No concelho de Olhão, cidade de grandes tradições e de grande interesse turístico, verificam-se graves deficiências, de que apontamos os cheiros extremamente desagradáveis e de maus efeitos para a saúde pública provenientes das fábricas de farinha e óleo de peixe existentes na vila, o que urge resolver, pois a população não pode mais continuar a suportá-los e as fábricas também não podem suspender a laboração.

As ilhas de Armona, Culatra e Farol debatem-se com carências de abastecimento de água, esgotos e em especial no que respeita ao acesso.

Faro tem dificuldades de trânsito, pois o mesmo passa pelo coração da cidade, exigindo-se assim uma estrada de circunvalação. A estação de tratamento de esgotos não existe e são lançados na ria. Na cidade, a limpeza é extremamente deficiente. Por exemplo, na estação da CP não há uma estação pública de telefones e os cheiros são horripilantes.

A assistência médica e hospitalar apresenta graves deficiências, pois o hospital é insuficiente e, relativamente ao novo, já construído, os enfermeiros e médicos necessários não aparecem para que o mesmo abra.

Quanto a transportes e em especial táxis, tantas vezes necessários em casos de doença e noutras situações, no Verão e mesmo noutras alturas do ano, são impossíveis de conseguir pela população.

O problema da ria de Faro impõe séria reflexão quanto à sua «redefinição» em termos de exploração turística.

No aeroporto internacional, a cerca de 5 km, destaca-se, com grandes deficiências, a falta de um marcador electrónico, a falta de ar condicionado para as instalações dos passageiros, a falta de lojas diversas, a falta de uma secção de *free-shop*, sendo sobretudo injustificável e intolerável que o posto dos CTT, aí existente, aos sábados e aos domingos feche durante toda a tarde e que o posto de turismo encerre diariamente às 20 horas.

Justifica-se também a existência de transportes regulares em autocarros de e para o aeroporto, o que, até agora, não se verifica.

Albufeira é igualmente um exemplo vivo da desorganização: os acessos e estradas marginais às praias são péssimos; os esgotos correm em cascata para o mar, e na praia da Oura atravessam a própria praia: a luz, no Verão, sofre cortes não programados; as bichas no centro da vila têm a duração de horas, justificando-se assim a construção de uma variante; o hospital tem três enfermarias e sete quartos e por isso pouca resposta pode dar às necessidades locais.

E que dizer quando a câmara municipal de um dos mais importantes centros turísticos do País, para fazer face às necessidades de abastecimento de água, teve de pedir 10 000 contos emprestados ao Fundo de Turismo?

O concelho de Portimão continua a não encontrar resposta para os problemas do acesso, com bichas de quilómetros e de horas durante o Verão, em particular devido à ponte, que é estreita, e não se sabe o que se espera para a adequar, sobretudo em função do novo porto que está em construção.

Quanto a vias de comunicação, verifica-se a necessidade de uma estrada em condições de Portimão para a praia da Rocha e de uma marginal entre aquela e a praia do Vau.

Quanto à rede de esgotos, a cidade não dispõe de estação de tratamento de esgotos, que vão directamente para o rio Arade.

O hospital de Portimão não atinge as 100 camas e é flagrante a falta de meios humanos e materiais, sendo Portimão um dos principais centros urbanísticos do Algarve.

O mesmo se poderia dizer em relação a outras zonas, como Lagos, Altura — onde se construiu um cinema sem quaisquer condições, em pleno coração de um aldeamento turístico —, Quarteira, Armação de Pêra, Lagoa e Vila do Bispo.

E muito haverá ainda a dizer de uma Comissão Regional de Turismo de cuja comissão administrativa ainda façam parte os ditos representantes das populações que foram recrutados no tempo revolucionário do gonçalvismo ...

Quanto à saúde, falta o planeamento global e falta, sobretudo, um helicóptero que assegure serviços de urgência médica no Verão e um avião que esteja no aeroporto para fazer a ligação para Lisboa em casos graves.

Nas vias de comunicação falta um bom eixo rodoviário entre Vila Real e Sagres e, a partir daí, para o interior e para a zona ribeirinha.

O Emissor Regional do Sul debate-se com dificuldades quanto a pessoal, quanto a instalações, quanto a equipamento, para não falar no respectivo acesso, em que há anos os buracos existem e nunca mais desa-



parecem. E só o esforço dos seus profissionais consegue ultrapassar as carências de ordem técnica.

A nível de segurança e ordem pública nesta zona turística por excelência, os roubos e os assaltos praticam-se quase todos os dias a nacionais e a estrangeiros.

Os parques de campismo são poucos e, sobretudo, são muitos os parques ou os locais onde se pretende fazer campismo e não há infra-estruturas.

A promoção, que é uma «arma» fundamental para vender o produto que é nosso e que é o turismo, tem de se fazer, pois é importante. Mas é preciso saber o que se vende. Promover o quê? Pois, em primeiro lugar, será preciso «despromover» os lixos e lançar mão de equilibradas iniciativas de animação regional, salientando-se: a necessidade de um pavilhão de congressos; a criação de um grande centro de divulgação da cozinha regional e nacional, bem como da música portuguesa; a constituição de um grande centro para o turismo de terceira idade em Monchique, que tem condições excepcionais, e a re dinamização do jogo no Algarve, a atravessar grandes dificuldades, com três casinos que são provisórios há vários anos ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O turismo tem constituído nos últimos anos uma autêntica «galinha de ovos de ouro» pelo volume de divisas que tem permitido recolher e para o qual o Algarve tem contribuído de forma decisiva, sendo de salientar que a troca de divisas chega a atingir por dia, em algumas agências, mais de 6000 contos. Mas de duas uma: ou se trata a «galinha» como deve ser ou então a galinha morre, os turistas vão para outras paragens, as divisas não entram e as dificuldades de recuperação económica do País serão ainda muito maiores do que presentemente.

E, pelo que se disse, fácil é concluir que, embora o distrito de Faro tenha grandes potencialidades, pode dizer-se que no Algarve ainda não se faz turismo. E para que tal situação se altere, o Partido Social-Democrata exige o cumprimento urgente de cinco mandamentos fundamentais:

1.º Salvaguardar os interesses nacionais, garantindo a maior entrada possível de divisas nos cofres do Estado. Incluem-se aqui as medidas tendentes a trazer para Portugal capitais estrangeiros para investimento e o maior número possível de turistas, sobretudo visando um turismo de qualidade.

Por outro lado, tem-se revelado contraproducente o limite de sete contos imposto a nacionais para sair para o estrangeiro, o que traz consequências negativas em domínios diversos no que toca à recolha de divisas.

Deverá garantir-se também que nos principais centros turísticos haja agências bancárias de serviço aos sábados e domingos, bem como balcões abertos diariamente nos principais hotéis.

É ainda de passar a exigir à entrada das fronteiras, à semelhança do que se faz noutros países, que os turistas declarem os meios de subsistência em Portugal.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — 2.º Salvaguardar os interesses regionais tendo como objectivo um desenvolvimento equi-

librado e harmonioso da economia e de todos os sectores, defendendo os interesses da população algarvia.

Entende o PSD que, paralelamente ao turismo, a agricultura, pescas e indústrias diversas terão de ser incrementadas, para se estar a coberto de possíveis crises do sector que possam «paralisar» a região.

Terá de ser definido com brevidade um plano turístico e de urbanização para o Algarve, com vista a defender a natureza e o ambiente e dar público conhecimento das possibilidades para o investimento.

As zonas do interior e da serra, como Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Silves, Loulé e S. Brás, Tavira, Alcoutim e Castro Marim, terão de ser asseguradas as condições de transportes, saúde e assistência, abastecimento de água, esgotos, educação, etc., com vista a que as populações deixem de ser abandonadas, como, aliás, se verifica em outras localidades do País.

As populações da zona ribeirinha há que atender em especial ao facto de que, dadas as dificuldades de habitação e seu preço, e ao elevado custo da alimentação e de outros bens provocados pelo movimento turístico, a esmagadora maioria da população se vê em serias dificuldades, impondo-se medidas adequadas para o evitar tanto quanto possível.

3.º Oferecer boas condições aos turistas, com vista a garantir o seu bem-estar e a sua propaganda positiva no regresso aos países de origem, ao contrário do que agora acontece, em muitos casos, em que até, por vezes, há fotografias que são enviadas para os Ministérios a demonstrar o que por lá se passa.

4.º Garantir aos profissionais da indústria hoteleira a manutenção dos seus postos de trabalho e que poderão auferir vencimentos e dispor de condições de vida que dignifiquem o seu modo de vida. E aqui muito há a fazer e a explorar quanto à criação de cantinas de abastecimento, intercâmbio entre as unidades hoteleiras, com vista a criar condições para os profissionais terem férias mais acessíveis, etc.

A formação profissional permanente em várias especialidades, de graus diversos e em local e condições acessíveis, é acção que terá de merecer muito maior atenção.

5.º Garantir possibilidades de investimento aos empresários, sem estarem permanentemente ameaçados pela falência. Justifica-se assim não só um adequado saneamento financeiro das unidades hoteleiras e similares, bem como a formação de gestores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Mas uma pergunta final se põe. Quem tem responsabilidades em tudo isto?

Sem ignorar que até ao 25 de Abril a indústria turística nunca dispôs de regras minimamente definidas e de planos de crescimento, não é menos certo que os Governos do pós-25 de Abril e a falta de pressão dos órgãos democraticamente eleitos da região do Algarve, tomando posições adequadas com vista a deixar claro aos responsáveis os perigos gravíssimos que se correm com o prolongamento de tal estado de coisas, conduziram ao abandono puro e simples que se verifica presentemente.

Segundo o PSD, a hora nacional é de reflexão e preparação para o relançamento de uma democracia activa que contribua para a resolução dos problemas dos Portugueses. Penso, pessoalmente, que esta intervenção sobre uma região de enormes potencialidades turísticas como é o Algarve pode dar um contributo

decisivo para que se salvasse, por um lado, a imagem do País e, por outro, se contribua para a recuperação que tarda e se exige.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Gago Vitorino: Ouvi com muita atenção apenas parte do seu discurso, uma vez que me encontrava fora do hemisfério, mas, dada a importância da sua intervenção, um camarada meu foi chamar-me para seguir com atenção e, eventualmente, formular algum pedido de esclarecimento.

O Sr. Deputado é um Deputado jovem, algarvio vigoroso, combativo na defesa dos interesses do Algarve. Com o tempo, e persistindo neste tipo de discurso, certamente que se conseguirá fazer ouvir pelo povo algarvio...

*Risos do PS.*

... Aliás, essa ambição política é perfeitamente legítima e o Algarve certamente acompanhará o interesse de V. Ex.<sup>a</sup> face aos problemas que afligem as suas populações e não deixará de lhe dar, pela via do voto, a merecida resposta.

Quanto aos problemas que abordou em relação ao Algarve, fez o Sr. Deputado um inventário tão longo de problemas que, efectivamente, a análise, mesmo ligeira, de alguns deles, ocuparia a sessão inteira da Assembleia da República. O Sr. Deputado falou de problemas que são conhecidos e que existem no Algarve e em outras regiões do País, como os problemas da agricultura, das pescas, das estradas, das infra-estruturas básicas, do saneamento, da saúde, das escolas, etc. De resto, é o problema do estendal das carências deste país depois de quarenta e oito anos de fascismo...

Queria perguntar ao Sr. Deputado se pensa que o facto de os esgotos de Albufeira não existirem se deve a uma acção destruidora do 25 de Abril, se foi o 25 de Abril que destruiu os esgotos que havia em Albufeira antes do 25 de Abril. O facto de não haver parques de campismo suficientes no Algarve deve-se também ao 25 de Abril? Será que os revolucionários foram lá e destruíram criminosamente os parques de campismo? Os hospitais de Albufeira, de Lagos, etc., funcionavam no 25 de Abril e fomos nós, aqueles que apoiaram — como o Sr. Deputado — o 25 de Abril, que fomos ao Algarve e, de pinças em punho, arrancámos os últimos cabelos aos enfermeiros e pusemos tudo de rastos? Pergunto-lhe ainda se as estradas do Algarve eram rodovias magníficas que nós arrancámos e onde fizemos buracos; se a RDP-Sul funcionava magnificamente e fomos nós que enchemos aquilo de perigosíssimos comunistas que violavam constantemente a Constituição e faziam todo o possível por destruir o povo do Algarve; em suma, se o Algarve era um paraíso e se se transformou num inferno...

Queria perguntar-lhe isto, Sr. Deputado, e também se sabe que — e não me compete defender neste mo-

mento a Comissão Regional de Turismo do Algarve, nem os seus membros, à frente da qual, aliás, se encontra um homem do seu partido — os dois indivíduos que o Sr. Deputado intitulou de representantes da população do Algarve (e estou a dar-lhe um esclarecimento e não a pedir-lho) foram eleitos pelas câmaras municipais antes das eleições para as autarquias locais, mas que foram ratificados por essas mesmas câmaras após as eleições. Isto significa que — e o Sr. Deputado talvez não saiba, mas eu explico-lhe — representam as câmaras municipais, representando um as câmaras do Sotavento e outro as do Barlavento. E, quando as câmaras do Algarve entenderem que eles as não representam devidamente, retirar-lhes-ão a confiança, certamente, e indicarão outras pessoas.

Quanto ao resto, seria muito longo falar, quer de planos, quer de aeroportos, quer de bancos, etc. Quero apenas dizer-lhe que os Governos que se sucederam ao 25 de Abril, particularmente os I e II Governos Constitucionais, tiveram como objectivo n.º 1 pôr de novo o barco a flutuar, porque o barco ia para o fundo devido às «excepcionais» estruturas que o Sr. Deputado encontrou destruídas depois do 25 de Abril!

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Gago Vitorino, poderá responder se assim o entender. Tem três minutos para o fazer, uma vez que há mais oradores inscritos.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Compreendo perfeitamente, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, tenho que manifestar a minha surpresa, não tanto por aquilo que o Sr. Deputado disse, mas pelos aplausos que a sua bancada lhe dirigiu.

*Risos do PS.*

Efectivamente, julgo que essa bancada se deveria ter mostrado tão solícita, tão interessada e tão apoiante da sua acção, quando esteve à frente dos destinos do Ministério, quando por lá estiveram outros responsáveis, como se mostrou agora... De facto, desde que há mais de dois anos existiram dois Governos Constitucionais, não se verificou, que eu saiba, da parte dessa bancada nenhum esforço nesse sentido.

*Risos do PS e PCP.*

O Sr. José Jara (PCP): — Que grande pontapé na gramática!

O Orador: — Em segundo lugar, quanto à importância da intervenção, pois penso que é mesmo importante. Por outro lado, julgo que, quando o Sr. Deputado falou em ambição política e em aspecto vigoroso, comete uma coisa grave em política: ...

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Entre elas a de não saber gramática...

O Orador: — ... e que, se nós caminhamos para uma situação em que se confunde o levantar dos problemas nesta Assembleia — problemas concretos que respeitam à economia nacional e às populações portu-

guesas — com a ambição política, então, Sr. Deputado, só temos uma coisa a fazer, ou seja, irmo-nos todos embora!

**Vozes do PS e do PCP: — Todos não!**

**O Orador: —** Mas é claro que o Partido Social-Democrata não confunde isto e enquanto estiver nesta Assembleia e representar a população do Algarve (*risos do PS*) que nos elegeu, continuaremos a fazê-lo. Seria muito bom que se mostrassem sempre assim tão solícitos na maneira de ver o problema, ou seja, que o 25 de Abril tinha destruído os hospitais, as estradas, as estações de tratamento de esgotos ... Até parece que o 25 de Abril, segundo a sua perspectiva, destruiu tudo ...

*Risos do PS.*

O Sr. Deputado sabe o que eu penso do 25 de Abril: acho que foi extremamente positivo e que o País não podia mais continuar a ser orientado como estava a ser.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Barroso (PS): —** Apoiado!

**O Orador: —** O Sr. Deputado também sabe que considero inadmissível, bem como a população do Algarve, que não se tivesse feito um mínimo para que, de algum modo, se começasse a resolver os problemas do turismo no Algarve, além de outros sectores de actividade.

É evidente que, quando digo isto, não penso que seria possível ter hoje no Algarve todos os problemas que aqui referi — de estradas, hospitais, esgotos, etc. — resolvidos. Mas não tenho dúvidas, Sr. Deputado, de que, se tivesse havido uma vontade efectiva e um Governo com uma vontade política definida e com um mínimo de competência, teria sido possível resolver muitos desses problemas.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** É por isso que aqui falo e são esses os problemas que aqui trago.

Com isto respondo a todas as suas perguntas.

*Aplausos do PSD.*

*Entretanto assumiu a presidência o Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes.*

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

**O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): —** Sr. Presidente, queria dar algumas explicações ao Sr. Deputado José Gago Vitorino.

Naturalmente, o Sr. Deputado está pouco habituado a falar comigo, mas com o tempo corrigiremos essa falta.

O Sr. Deputado não percebeu, pelo menos deu essa ideia, que eu estava a falar com alguma ironia, embora não tivesse sido feliz na forma como me exprimi. Eu não disse que foi o 25 de Abril, perguntei-lhe é se pensava que tinha sido o 25 de Abril o responsável. Naquilo que o Sr. Deputado disse

na primeira intervenção deu a entender que acusava o 25 de Abril e, especialmente, o I e o II Governos Constitucionais de autores de todos aqueles crimes ...

Por outro lado, queria dizer-lhe ainda, Sr. Deputado, que o acompanho nas preocupações que tem sobre o Algarve. Mas sejamos realistas, o Algarve não é todo o País, e as suas carências têm de ser resolvidas à medida que é possível resolvê-las, como em outras regiões do País. Nós, Algarvios, para sermos, antes de mais, patriotas e portugueses, temos que defender o Algarve, mas defendendo também o todo nacional.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado José Gago Vitorino.

**O Sr. José Vitorino (PSD): —** É evidente que a Assembleia não é propriamente o local indicado para fazer ironia. Mas percebi perfeitamente o problema da forma como o Sr. Deputado o colocou.

**Vozes do PS: —** Isso é demagogia!

**Vozes do PSD: —** A demagogia é vossa!

**O Orador: —** Queria dizer-lhe, no entanto, que o que o Partido Social-Democrata procurou fazer aqui hoje foi chamar a atenção para uma situação que, se se agravar, não agrava apenas as condições dos naturais, mas — como disse nos cinco objectivos fundamentais que referi — é a própria economia nacional que se pode ver privada de uma grande fonte de recuperação, que são as divisas.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Diga-me agora o Sr. Deputado: se continuarem, por exemplo, a acontecer os assaltos e os roubos às moradias dos estrangeiros, bem como até a alguns jornalistas, o que se espera do futuro turístico do Algarve e deste país? É apenas isto que lhe pergunto.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente: —** Srs. Deputados, falta apenas um minuto para terminar o período de antes da ordem do dia.

**O Sr. Carlos Brito (PCP): —** Dá-me licença, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente: —** Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Carlos Brito (PCP): —** Sr. Presidente: Vamos apresentar à Mesa um requerimento pedindo o prolongamento do período de antes da ordem do dia. No entanto, desde já fica feito oralmente.

**O Sr. Presidente: —** Com certeza, Sr. Deputado. O período de antes da ordem do dia será prolongado.

**O Sr. José Luís Nunes (PS): —** Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de falar do Algarve, não como seu natural, mas como uma pessoa que lá vai muitas vezes passar as suas férias.

*Risos do PSD.*

O Sr. Lino Lima (PCP): — Parabéns!

O Orador: — É verdade, Srs. Deputados, é verdade. Como muitos dos Srs. Deputados ...

Queria dizer o seguinte: apercebi-me de um problema do Algarve que terá o nosso apoio quando aqui for denunciado ou quando nós o denunciarmos. Esse problema resume-se a um ponto: é a falta de uma lei que ponha cobro à escandalosa especulação de terrenos que, pura e simplesmente, se traduz, em relação ao património nacional, num facto muito mais grave do que os ataques que tenham sido feitos, contrariamente à lei, quer a jornalistas, quer a estrangeiros.

Esta é a questão de fundo, tanto em relação ao Algarve como a todo o território nacional. Será importante que se faça um inquérito aos casos dos terrenos que foram vendidos doze vezes por preços especulativos.

Estou convencido de que sei do que falo e que o Sr. Deputado José Gago Vitorino também sabe destes casos, podendo aqui dar um importante testemunho sobre este assunto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Gago Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Queria apenas dizer ao Sr. Deputado José Luís Nunes que, efectivamente, o assunto está um pouco dentro da linha das minhas preocupações, o que me satisfaz bastante.

Sobre esse assunto, leio-lhe uma passagem da minha intervenção, que diz: «Terá de ser definido com brevidade um plano turístico e de urbanização para o Algarve, com vista a defender intransigentemente a natureza e o ambiente e dar público conhecimento de quais as possibilidades e condições para os investidores.»

O Sr. Presidente: — Como os Srs. Deputados sabem, e se calhar melhor do que eu, neste período de prorrogação do período da ordem do dia cada grupo parlamentar tem direito a usar da palavra durante cinco minutos. Nesse sentido, concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas para uma intervenção.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Governo continua a procurar resolver os problemas económicos, na linha da anterior política económica dos pacotes do FMI, com as restrições do crédito, a manutenção das altas taxas de juro, os aumentos de preços, os ataques à Reforma Agrária e às nacionalizações, com a mítica adesão à mini-Europa dos monopólios.

Ora, o que se vê no dia-a-dia é o aumento do desemprego, o aumento das falências, o aumento dos preços, o aumento do *deficit* da balança comercial e de pagamentos. Quer dizer: nenhum dos problemas se resolve, antes se agravam todos.

Será necessário melhor prova para se demonstrar que esta política está errada, que necessita de rectificação? Ora, alguns órgãos de informação veicularam ontem que o Governo demitido de Nobre da Costa se prepara novamente para exorbitar, se prepara para eventuais aumentos dos combustíveis (gás, gasolina, etc.), com o consequente aumento dos preços em cadeia nos transportes, nos produtos industriais e nos bens de primeira necessidade.

Esta é a consequência lógica de uma política que no fundamental visa dar satisfação aos interesses do grande capital e do imperialismo estrangeiro.

A Sr.<sup>a</sup> Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Argumentam alguns que tal medida tem por objectivo defender o despudorado «cabaz de compras». No entanto, a verdade é que o aumento dos combustíveis implicará novos aumentos em cadeia de todos os preços, numa primeira fase, e, numa segunda, o aumento, inclusive, dos bens do chamado «cabaz de compras».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para além da legitimidade de este Governo vir eventualmente a aumentar o preço dos combustíveis, com incidências fiscais, matéria do domínio da Assembleia da República, o que está em causa é toda a política económica que está errada, que não serve o interesse do povo e do País. Não é com novos aumentos generalizados de preços, com a política dos pacotes, com a condenação à falência dos pequenos e médios empresários que se solucionam os problemas. É a vida que o demonstra.

Só com uma nova política, baseada no esforço, entusiasmo e na acção criadora dos trabalhadores, no aproveitamento racional e planificado dos nossos recursos e energias internos; só com uma política económica que tenha em conta a necessária diversificação do comércio externo; só com uma política económica que apoie efectivamente as pequenas e médias empresas agrícolas, comerciais e industriais, a Reforma Agrária e o sector nacionalizado, se poderá sair da crise sem constantemente se exigir novos e cada vez mais pesados sacrifícios, não só para os trabalhadores e para as classes mais desfavorecidas, mas também para as camadas médias.

A Sr.<sup>a</sup> Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgamos que é tempo de se alterar esta política. É a prática que o reclama, é a independência nacional e o povo português que o exigem.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Andrade.

O Sr. Alberto Andrade (PS): — No passado dia 29 de Setembro começou a representar-se no Teatro Nacional de D. Maria II a peça *Felizmente há Luar!*, de Luís de Sittau Monteiro.

Esta peça, publicada em 1961, nunca pôde ser representada em Portugal durante o regime salazarista-marcelista; todavia, atingiu um significativo sucesso

junto do público leitor, como o demonstra o facto de já na décima edição em língua portuguesa — mais de 30 000 exemplares, na minha estimativa.

De indiscutível qualidade literária, a sua elevada qualidade dramática fica demonstrada à sociedade pela encenação do próprio autor, apoiado numa boa equipa técnica e num conjunto de actores, que é, talvez, o melhor que trabalha em palcos portugueses.

A peça glosa o final trágico do general Gomes Freire de Andrade — enforcado em 18 de Outubro de 1817, quando era grão-mestre da Maçonaria, odiado pela classe política no Poder e venerado pelo povo, significativamente retratado este no estilo dos presépios de Machado de Castro, deambulando entre a Ribeira, o Rossio e o Rato.

A mediocridade e a ambição dos poderosos contrastam singularmente com a impotência e a sensibilidade dos populares, à mistura com esbirros e traidores.

Por singular coincidência, começou no passado dia 9, no 2.º Tribunal Militar, o julgamento de alguns dos presumíveis assassinos do general Humberto Delgado — tão incómodo cento e cinquenta anos depois como o foi o general Gomes Freire de Andrade em 1817.

Personagens como D. Miguel Pereira Forjaz, Beresford, o Principal Sousa, António de Sousa Falcão, Vicente, Rita, Manuel, o antigo soldado, Andrade Corvo, Morais Sarmento, Frei Diogo e outros, encontram facilmente paralelo na história portuguesa dos últimos cinquenta anos.

Cito singularmente a personagem de Matilde de Melo — a companheira de Gomes Freire de Andrade —, com a sincera convicção de que muitas mulheres portuguesas nela se reconhecerão — atingidas como foram pela deportação, o exílio, a prisão, a tortura e a morte de maridos, pais, filhos e irmãos ao longo de cinco dolorosos e trágicos decénios —, quando hoje, decorridos quatro exíguos anos sobre a data libertadora do 25 de Abril se apostam muitos em fazer esquecer o que foi o salazarismo-caetanismo.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Os trabalhadores portugueses não vão ainda ao Teatro Nacional de D. Maria II e os burgueses e pequeno-burgueses que lá vão — em número considerável, posso testemunhá-lo — reagem entre escandalizados e surpreendidos, o que explica a escassez dos aplausos no final de cada um dos dois actos que a peça tem.

Como se pode explicar esta dolorosa constatação?

Quanto a mim, muito simplesmente pelo facto de não termos tido a coragem de até hoje elaborar e começar a pôr em prática um projecto cultural consentâneo com as linhas mestras inscritas na Constituição de 1976.

**Uma voz do PS: — Muito bem!**

**O Orador: —** Deste lugar quero felicitar e agradecer à direcção do Teatro de D. Maria II, ao autor-encenador, aos actores e aos técnicos a coragem de programar a peça *Felizmente há Luar!* e de a realizar com uma dignidade e qualidade que honra a cultura portuguesa e os trabalhadores portugueses.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente: —** Tem a palavra o Sr. Deputado Anatólio Vasconcelos.

**O Sr. Anatólio Vasconcelos (PSD): —** Se dúvidas houvessem quanto à sempre repetida e necessária unidade de todos os Açorianos, residentes ou não no arquipélago, o recentemente realizado Congresso de Comunidades Açorianas seria prova insofismável de que interesses comuns reúnem pessoas com objectivos comuns, não importando a distância donde se fizeram deslocar.

Temas e propostas foram apresentadas, analisadas e discutidas, aprovaram-se conclusões, a mostrar o dinamismo e a vontade de se passar da teoria à prática em tantos aspectos de importância capital para os Açores e seus emigrantes.

Ao trazer a este Parlamento uma simples nota de regozijo de todos os Açorianos, creio que, sem excepção, não poderei deixar passar este momento sem fazer aqui algumas breves considerações.

Há mais de cento e cinquenta anos se deslocam os ilhéus para as diferentes partes do mundo: do Canadá à Venezuela, dos Estados Unidos da América às Bermudas, de Macau e Timor à Austrália, do Hawai à África do Sul, do Brasil às antigas colónias. Das simples dezenas às centenas de milhares, das minicomunidades às grandes comunidades, em toda a parte estão os Açorianos a contribuir para o progresso e o desenvolvimento dos países que os quiseram acolher e, indirectamente, para o progresso da sua própria terra, provando assim a universalidade de que somos possuídos e o próprio espírito de aventura de quem está habituado às tempestades e às maresias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se, como se ouviu nesse Congresso de Comunidades Açorianas, é possível distribuir a onda de emigrantes por «antigos», passando pela «segunda e terceira gerações», até chegar àqueles que partiram nos últimos vinte anos, se o pioneirismo dos primeiros consolidou a estada dos segundos, é aos terceiros que cabe agora a sua própria organização ao nível das diversas comunidades, chame-se-lhes minorias ou outro nome qualquer, para que a sua voz seja ouvida e os seus interesses realmente salvaguardados.

E vem a talhe de foice referir aqui o necessário apoio a dar pelo actual Governo Central e pelos que se lhe seguirem, através dos consulados e embaixadas, a todos os núcleos de emigrantes espalhados por esse Mundo, já que não podemos pensar apenas nas suas divisas que, felizmente, continuam a chegar em grandes quantidades, mas que, infelizmente, não têm tido as devidas contrapartidas. Há que incrementar a educação e a cultura com professores profissionais; há que levar até eles uma informação objectiva do que se passa em Portugal; há que diligenciar ao mais alto nível contra o eventual desemprego; há que buscar idênticas regalias às dos cidadãos dos países em que se encontrem, embora não sendo nacionalizados ou a tal se sintam obrigados; há que facilitar as entradas nas fronteiras e aeroportos e garantir transportes com eficácia e a tempo e horas da TAP em todo o território nacional e deste para o exterior; há que continuar a dinamizar a acção da SATA nos Açores para que as comunicações entre ilhas sejam cada vez mais fáceis

e acessíveis e que não seja a TAP, detentora de 50 % da SATA, a ser o empecilho ao desenvolvimento desta companhia regional.

Obviamente, um longo caminho temos ainda a percorrer e a construir solidamente.

No capítulo da organização, uma vez mais as autoridades sociais-democratas da Região Autónoma dos Açores mostraram estar à altura dos acontecimentos, preparando um congresso com a devida antecedência, realizado nas três cidades do arquipélago e facilitando o trabalho dos congressistas, inclusive nas deslocações entre ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Resta-me aqui fazer um apelo a todos os emigrantes açorianos e demais portugueses que se encontram por esse Mundo fora. Para além de ideologias e de interesses próprios imediatos, para além de contradições e paradoxos políticos, sociais e económicos, para além de tentativas de divisão tantas vezes manifestadas por alguns políticos, para além da habitual demagogia oportunista de certos partidos, para além das dificuldades de toda a ordem que se sentem nos Açores, o Partido Social-Democrata, os seus dirigentes regionais e nacionais e os seus governantes apostaram de há muito na consagração plena da autonomia, no cumprimento do programa que apresentaram ao eleitorado na Região Autónoma dos Açores e no seu desenvolvimento (programa que, se não viu melhores frutos, isso se deveu à actuação-boicote do I e II desgovernos constitucionais ...

O Sr. Armando Bacelar (PS): — Não apoiado!

O Orador: — ..., nomeadamente no que se refere aos serviços periféricos e respectivas competências) e darão todo o apoio aos emigrantes e suas iniciativas com vista a uma sólida unidade e concretização de interesses mútuos.

Que este Congresso de Comunidades Açorianas tenha sido o início de uma grande caminhada assentando no diálogo e nas realizações concretas e que um dia possa vir a constituir um importante capítulo da história dos Açores.

Tenho dito.

*Aplausos ao PSD.*

O Sr. Presidente: — O CDS deseja utilizar os cinco minutos a que regimentalmente tem direito, ou não?

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Peço agora aos Srs. Deputados o favor de chamarem os nossos colegas que se encontram fora do hemiciclo, pois tenho uma comunicação muito importante a fazer e gostaria que todos estivessem presentes.

*Pausa.*

Como há pouco referi, quero comunicar à Câmara o seguinte: na reunião dos presidentes dos grupos parlamentares que teve hoje lugar, às 11 horas, foi aprovado por maioria — maioria que posso dizer qual é, pois não há nenhum inconveniente em que o faça,

maioria formada, portanto, pelo Partido Comunista, Partido Social-Democrata e Centro Democrático Social, sendo contra o Partido Socialista, que me comunicou agora a sua decisão — que a eleição para a presidência desta Assembleia será feita em moldes diferentes dos que têm sido adoptados tradicionalmente. Quer isto dizer que, se a Assembleia estiver de acordo, a eleição não se fará da forma como os Srs. Deputados se devem recordar, isto é, por meio de uma lista com o nome do Presidente e outra lista com os nomes dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários e outra lista em branco, se houvesse lugar a ela.

Nas eleições anteriores, o que já aconteceu por três vezes, foram contados todos os votos que deram entrada na urna e era através da contagem desses votos, expressos segundo a designação do próprio Regimento, que se apurava o resultado. Ora, por indicação dos três partidos a que me referi e com a oposição do Partido Socialista, sugeriu-se outra forma. E a forma da votação, que poderá ser mais detalhadamente clarificada nos grupos parlamentares no contacto que irão ter a seguir, será eventualmente, e por exemplo, esta: haverá uma lista com o nome do Presidente e num dos extremos inferiores serão colocados três quadrados, dos quais um diz «sim», outro diz «não» e outro diz «abstenção».

Segundo esta sugestão, que irá ser posta à consideração da Assembleia, os Deputados que estão de acordo com a candidatura apresentada — que, aliás, é única — farão com certeza uma cruz no quadrado respeitante ao «sim», os que com ela não concordam farão a cruz sobre o «não» e os que desejam abster-se farão a cruz no quadrado da «abstenção».

Já aqui tenho alguns exemplares do boletim de voto e parece-me que o processo não será demorado, mas desde logo entendi que este problema deveria ser objecto de um debate. Isto porque, como os Srs. Deputados sabem, as decisões tomadas nas reuniões dos representantes dos grupos parlamentares não têm carácter vinculativo para esta Assembleia — e até já se verificou isso, pelo menos uma vez. E assim, em qualquer circunstância, fosse esta a decisão ou outra qualquer, eu teria de trazê-la à consideração da Assembleia.

A minha opinião é, pois, a de que este problema deve ser discutido, a não ser que efectivamente a Assembleia se pronuncie em sentido contrário. Portanto, para que fique bem esclarecido, introduz-se, assim, uma alteração à maneira de votar: existirão três quadrados em cada boletim, traduzindo três posições de voto possíveis. Isto refere-se, é claro, às votações para a presidência e vice-presidência da Assembleia e para os restantes órgãos que vão ser eleitos.

A Assembleia tem alguma coisa a opor quanto à abertura de um debate sobre este assunto?

*Pausa.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Pedia a palavra para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

V. Ex.<sup>a</sup> disse que essa nova modalidade de voto tinha sido sugerida por três partidos, ou seja, pelo

PCP, PSD e CDS. Ora, tanto quanto sei, pela informação que possuo, essa versão talvez não seja aquela que mais corresponde à realidade dos factos.

Realmente, ontem, os grupos parlamentares foram convocados por V. Ex.<sup>a</sup>, por iniciativa e sugestão do PCP. A reunião dos grupos parlamentares teve lugar esta manhã, apenas por iniciativa do PCP, e, tanto quanto sei, através dos meus colegas que estiveram presentes nessa reunião, foi o PCP que fez essa sugestão, embora os outros dois partidos a tenham aprovado.

Posto este esclarecimento, e se V. Ex.<sup>a</sup> quiser usar da palavra por qualquer motivo relacionado com este esclarecimento, V. Ex.<sup>a</sup> poderá fazê-lo se o entender, mas logo de seguida o meu grupo parlamentar, nos termos regimentais, pede a interrupção desta sessão por trinta minutos.

O Sr. Presidente: — Efectivamente, é mais correcta a versão do Sr. Deputado Salgado Zenha, pois, quando eu disse por «sugestão», devia ter dito por «consenso». Peço, portanto, desculpa, e tem toda a razão, pois a sugestão foi feita pelo PCP, fiz a convocação aos partidos e esse problema foi posto de tal maneira que eu fiquei sem saber nem de quem era a sugestão, se era dos três partidos, se era de dois ou de um só. No entanto, não tenho qualquer problema em rectificar e compreendo perfeitamente que o entendimento dos meus camaradas tivesse sido diferente.

Sr. Deputado Veiga de Oliveira, queira fazer o favor de se pronunciar sobre este ponto.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente: Eu considero que não tem grande interesse saber quem começou por falar na hipótese de se adoptar um método — que não é novo, porque já aqui foi adoptado, salvo erro, para eleger os membros do Conselho Nacional do Plano ...

Uma voz do PS: — Ficámos a saber!

O Orador: — ..., já não me lembro ao certo, mas, enfim, já aqui foi adoptado, e, já que estamos em tempo de correcção, corrija-se também isto, pois não é um método novo.

Admito, porém, que tenha sido eu a falar na utilização de um método que deu boas provas e que tenha também sido eu a defender em primeiro lugar a necessidade de clarificar, sobretudo, a forma de votar, não nos parecendo que a forma de votação através do papel branco e papel preenchido seja a melhor forma de clarificar a votação.

Mas, posto isto, aceitando que pode ser atribuída ao Partido Comunista, ou a mim, se quiserem, a iniciativa de falar na rectificação do método, eu não tenho nada a acrescentar, nem nada a opor, àquilo que o Sr. Presidente já disse.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Acácio Barreiros pediu a palavra antes de o Deputado Salgado Zenha requerer a interrupção da sessão por trinta minutos?

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente: Pedi a palavra sobre o assunto que o Sr. Deputado Salgado Zenha disse que gostaria de ver terminado antes da interrupção pedida pelo Partido Socialista.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Eu desejo só dizer que a UDP faz parte da conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, mas, devido a actividades partidárias e também às dificuldades naturais de um partido com um só Deputado, não pude estar presente na reunião que o Sr. Presidente referiu.

No entanto, a UDP não pode deixar de aproveitar esta oportunidade para dizer aqui que apoia a nova modalidade de votação apoiada pelo PCP, PSD e CDS.

A UDP apoia essa nova modalidade por esta ser mais racional e, a nosso ver, defender melhor o carácter secreto do voto.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a sessão está interrompida até às 17 horas e 30 minutos.

*Eram 17 horas.*

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Antes de continuarmos, informo que deram entrada na Mesa o projecto de lei n.º 134/I, subscrito pelo Sr. Deputado Vital Moreira e outros, *contrôle* da legalidade dos diplomas regionais e dos diplomas respeitantes às regiões autónomas, o projecto de lei n.º 135/I — Alterações à Lei do Arrendamento Rural, e há um projecto de resolução, do seguinte teor: «É adoptado o processo de urgência para discussão e votação do referido projecto. Serão enviadas imediatamente cópias do projecto de lei às Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, de modo que possam pronunciar e comunicar a sua posição à Assembleia da República num prazo de trinta dias. Terminado este prazo, a comissão parlamentar competente elaborará parecer nos sete dias seguintes, tendo em atenção as posições das Assembleias Regionais que se tenham pronunciado. Elaborado o parecer, o projecto será imediatamente introduzido na ordem do dia da Assembleia.»

Suponho que os grupos parlamentares têm cópia deste projecto de resolução ...

*Pausa.*

Dou a palavra ao Sr. Deputado Vital Moreira para esclarecer melhor quanto a este projecto, se faz favor.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente: É só para esclarecer que esse projecto de resolução se refere ao projecto de lei n.º 134/I, que o Sr. Presidente anunciou imediatamente antes, e não ao projecto de lei n.º 135.

Nos termos regimentais, propomos que esse projecto de resolução seja apreciado e votado na primeira parte da ordem do dia de uma das próximas reuniões plenárias.



O Sr. Presidente: — Há alguma objecção?

*Pausa.*

Visto não haver oposição, assim se fará.

Também há um pedido de concessão de prioridade e urgência, do Sr. Deputado Pires Fontoura e outros, para o projecto de lei n.º 131/I, sobre a criação do Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Está em discussão.

*Pausa.*

Vamos passar à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Há ainda outro pedido de concessão de prioridade e urgência, do Sr. Deputado Pedro Roseta e outros, para o projecto de lei n.º 133/I — Criação do Instituto Universitário da Beira Interior.

Está em discussão.

*Pausa.*

Como ninguém pede a palavra, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. Presidente: — Vou agora anunciar o pedido de ratificação n.º 39/I, subscrito pelo Sr. Deputado Magalhães Mota e outros, respeitante ao Decreto-Lei n.º 269/78, de 1 de Setembro, que estabelece a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais. Está admitido e vai publicar-se.

Queria pôr à consideração dos Srs. Deputados um problema que entendo não dever ser eu só a resolver. Tudo indica que vamos debater o problema em questão, do método a seguir nas nossas eleições. Esse debate não tem prazo, não tem horário, poderão falar o tempo que quiserem, poderão falar todos os Deputados, poderá falar um só por cada grupo parlamentar ... Não sei se desejam que convoque uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares para decidir este problema, o que posso fazer, pois até não sei como disciplinar esta discussão, que não está prevista no Regimento.

Gostaria de ouvir a opinião dos grupos parlamentares, e vou começar pelo Partido Comunista. Faça favor, Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, pela nossa parte, não consideramos que este debate tenha de ser necessariamente demorado.

Acho que, se o Sr. Presidente deseja ouvir a posição de cada grupo parlamentar, cada um deles se pronunciará e depois se encontrará a forma que mais satisfaça; mas não vejo que, necessariamente, este debate tenha que ser demorado.

Pela nossa parte, as preocupações que motivaram as posições que tomámos na questão têm em vista apenas clarificar o sentido da votação e não permitir que em torno delas se estabeleçam equívocos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de reconhecer que não me deu assim uma grande ajuda, pois

fiquei sem saber qual a sua opinião sobre o número de Deputados do seu partido que estariam dispostos a intervir e queria saber também, aproximadamente, um limite de tempo ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, em relação a essa sugestão, posso responder-lhe já que da parte do meu partido, por enquanto, pensamos que intervirá só um Deputado e muito rapidamente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Salgado Zenha, faça favor.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — É evidente que, conforme o Sr. Presidente já aqui revelou, as posições dos grupos parlamentares foram tomadas na reunião que houve hoje de manhã e, portanto, é lógico que não vão alterar as suas posições.

Portanto, o Partido Socialista não requer nenhum debate e poderá expor apenas a sua opinião em declaração de voto de vencido — aliás, já estamos antecipadamente vencidos. No entanto, se o Sr. Presidente e os outros partidos entenderem que é necessário algum debate, nós faremos uma breve intervenção a expor o nosso ponto de vista, que é já do conhecimento dos outros partidos e que, portanto, é mais para informação do público do que para um debate parlamentar propriamente dito.

O Sr. Presidente: — Peço ao PSD o favor de se pronunciar.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, nós não temos nenhuma ideia estabelecida quanto a este debate e entendemos que deverá ser dada toda a oportunidade de as exposições de motivos serem feitas. Uma vez que parece estabelecer-se a ideia de que esta exposição ficará suficientemente concretizada através de uma simples declaração de voto, nada temos a opor a que esse procedimento seja adoptado.

O Sr. Presidente: — Peço ao CDS o favor de se pronunciar.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, preveço-me dos méritos das alegações dos anteriores oradores.

O Sr. Presidente: — Vou então fazer o balanço da situação, sujeita a rectificação.

Suponho que o Partido Comunista estaria de acordo em guardar para a declaração de voto a exposição dos seus motivos, mas os outros partidos não.

Não é assim, Sr. Deputado Salgado Zenha?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Não, Sr. Presidente. Haverá só declarações de voto.

O Sr. Presidente: — Se assim é, não há debate. Procederemos à votação, depois às declarações de voto.

Vou passar agora à leitura de um pedido de autorização para que os Srs. Deputados António Cândido Miranda Macedo, José Luís Nunes e José Gomes

Fernandes intervenham na audiência de julgamento no 1.º Juízo Correccional do Porto no próximo dia 23 do corrente, pelas 9 horas e 30 minutos.

A Câmara tem alguma coisa a opor?

*Pausa.*

Está concedida a autorização.

Ainda antes da já aludida votação, queria chamar a atenção dos Srs. Deputados, porque há um problema que pode surgir depois da votação, que é o problema de votos nulos.

Na hipótese de ser aprovado o esquema que foi sugerido por consenso dos três partidos, se assim acontecer, e tudo indica que sim, lembrava que poderão, segundo o meu critério, ser considerados votos nulos os que aparecem com o nome da pessoa riscado ou com a lista cortada.

Portanto, é não fazer qualquer risco fora dos quadradinhos, pois é para isso que eles lá estão. Os grupos parlamentares esclarecerão melhor os seus correligionários.

Outro problema que poderá surgir depois, mas que ponho já à vossa consideração, é que me parece que se devia constituir, depois da votação, uma comissão de apuramento. Como os Srs. Deputados sabem, faz-se o escrutínio com os dois Vice-Secretários e depois o Presidente da Mesa anunciará o resultado da votação.

Entendo que este assunto é muito delicado, e gostaria que isso fosse alvo de uma apreciação dos grupos parlamentares.

Penso até que não é asneira nenhuma chamar a essa comissão de apuramento comissão técnica de apuramento ou comissão eleitoral de apuramento, que contaria com um representante de cada grupo parlamentar.

Também será escusado dizer que haverá duas urnas: uma para o Presidente e outra para as restantes candidaturas.

Suponho que os respectivos serviços já têm as listas preparadas.

Começo por perguntar ao Partido Comunista durante quanto tempo se deverá fazer o intervalo.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, permito-me chamar a atenção de V. Ex.ª para o facto de estar ainda pendente uma deliberação acerca do método que vamos seguir na votação ...

**O Sr. Presidente:** — Tem razão, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Uma segunda questão, que já agora adianto, é que penso que devemos seguir, relativamente ao apuramento, as normas que têm sido seguidas em anteriores eleições. Não é a primeira eleição que vamos fazer na Assembleia da República, e propunha que fossem seguidas as normas que têm sido seguidas anteriormente.

**O Sr. Presidente:** — Vamos então votar o novo método de votação proposto.

*Submetido à votação, foi aprovado, com 131 votos a favor (do PSD, CDS, PCP, UDP, de quatro Depu-*

*tados independentes e do Sr. Presidente da Assembleia da República) e 92 votos contra (do PS).*

**O Sr. Presidente:** — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Tanto na Assembleia Constituinte como nas duas sessões legislativas da Assembleia da República houve sempre uma mesma prática parlamentar para a eleição do Presidente da Assembleia, conforme foi muito bem salientado pelo Sr. Presidente desta Assembleia.

O voto podia fazer-se através do depósito de uma lista com o nome do candidato, de uma lista branca ou de uma lista riscada.

Foi com base nesta praxe parlamentar que se aprovou o artigo 23.º do Regimento, o qual estabelece uma maioria qualificada determinada sobre as duas primeiras categorias de votos, excluindo a terceira. Ou seja, a maioria qualificada contava-se, e conta-se, apenas sobre os votos expressos, e não sobre os votos nulos (n.º 6 do citado artigo 23.º do Regimento).

Propôs-se e resolveu-se agora uma forma nova de votação, alterando a praxe parlamentar, sobre a qual foi construído o artigo 23.º do Regimento. Por essa nova forma de escrutínio são introduzidas duas novas categorias de votos expressos: os negativos e os abstencionistas; com esta nova forma de votar, agravava-se a maioria qualificada para a eleição do Presidente, alterando-se o artigo 23.º do Regimento por uma inovação da prática parlamentar, e não por uma alteração frontal do Regimento, como deveria ser.

Não se nos afigura que as praxes parlamentares possam ser alteradas segundo as conveniências de momento — neste caso com uma antecedência de três ou quatro horas sobre o momento da votação. Essa é uma forma de violar o Regimento, fingindo acatá-lo. Por isso, votámos contra.

A inviabilização da candidatura do Deputado socialista poderá fazer-se, mas por outros métodos. *Mutatis mutandis*, estes argumentos aplicam-se também à eleição da Mesa.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Também para declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As preocupações que motivaram o voto favorável do Grupo Parlamentar do PCP em relação ao método que obteve consenso maioritário, primeiro na conferência dos presidentes dos grupos parlamentares e agora no Plenário da Assembleia da República, radicam na preocupação de que a eleição do Presidente da Assembleia da República — que é também a segunda figura da República — não dê margem a qualquer equívoco de interpretação.

Na verdade, o método utilizado em anteriores eleições — designadamente em anteriores eleições do Presidente da Assembleia da República — prestou-se a alguns equívocos, que foram assinalados na altura.

O método que agora é proposto não tem, naturalmente, uma preferência entusiástica por parte do nosso grupo parlamentar. Mas assinalamos-lhe duas

virtudes: a primeira é que foi este método que presidiu já — ao contrário do que acaba de ser dito pelo Sr. Deputado Salgado Zenha — às últimas eleições efectuadas na Assembleia da República. O método não é novo, já tem uma prática!

Em segundo lugar, é, na verdade, um método extremamente claro, que não possibilita qualquer equívoco.

Entendemos por isso que não houve nenhuma infracção ao Regimento nem nenhuma infracção às praxes parlamentares que nos têm regido.

Conseguiu-se com este método, assim pensamos, clarificar uma eleição — o fundamental para a democracia e para a República.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, pedi a palavra para um protesto, porque, contrariamente ao que o Sr. Deputado Carlos Brito disse, para as eleições do Presidente da Assembleia da República e da Mesa desta Assembleia — que são as únicas a que se refere o artigo 23.º — este método de eleição é inovador.

Foi isso que disse o Sr. Presidente da Assembleia da República — e não foi desmentido porque é realmente exacto —, e até o próprio Sr. Deputado Veiga de Oliveira referiu e confirmou aquilo que nós dissemos, porque disse que esta nova forma de votar apenas tinha sido utilizada numa outra votação para o Conselho Nacional do Plano.

Portanto, a afirmação que o Sr. Deputado Carlos Brito fez não corresponde à realidade dos factos, porquanto ela é inovadora em relação a esta votação que está precisamente a ser discutida.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Brito, suponho que para contraprotestar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, o contraprotesto é a figura regimental que posso usar, mas trata-se só de uma explicação, e nada mais.

Eu referi-me às últimas eleições efectuadas na Assembleia da República, que, claramente, foram as eleições para a representação da Assembleia no Conselho Superior da Magistratura.

Foi isso que quis dizer e nada mais.

O Sr. Presidente: — Ainda para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — O Partido Social-Democrata votou favoravelmente o processo de votação porque, para nós, ele significa a introdução de um sistema que permite, com clareza, evitar qualquer espécie de dúvidas sobre o significado da votação.

Nós, portanto, apoiamos tudo quanto signifique a claridade e a transparência de uma votação; nós apoiamos tudo aquilo quanto signifique a introdução de métodos nesta Assembleia que permitam dignificar os seus trabalhos.

Recordo que em qualquer parlamento as votações se fazem precisamente por este processo, em particular naqueles em que é possível a introdução de métodos mais actualizados de votação do que aqueles que consistem na entrega de um boletim de voto.

E acrescentaria ainda que ele permite, em termos de Regimento, não deixar margem para dúvidas sobre qual seja o conceito de voto nulo.

Efectivamente, a introdução do sistema anteriormente vigente nas eleições para a Mesa da Assembleia da República significava esta coisa que temos por aberrante: um traço horizontal sobre o nome era considerado um voto válido e negativo; um traço em cruz sobre o nome, se fosse pequenino, também era considerado voto válido e negativo; se a cruz fosse intermédia ou suficientemente grande para riscar a lista, já o voto era nulo.

Esta medição dos votos era com certeza um problema complicado, e creio que, deste modo, não teremos quaisquer dúvidas sobre o que significam votos nulos para os termos regimentais.

Ou seja, nós agora podemos saber com clareza que cada Deputado exprimiu o seu voto favorável, desfavorável, se absteve ou quis anular o seu voto, possibilidade que não fica de modo algum excluída. Só que sabemos com clareza o que cada um quis dizer, sabemos com clareza a manifestação da vontade de cada Deputado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Entretanto, tem de ser lido um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos.

Dou a palavra ao respectivo relator, que é o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP):

#### Comissão de Regimento e Mandatos

##### Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 19 de Outubro de 1978, pelas 17 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

#### 1 — Solicitada pelo Partido Socialista:

Francisco Soares Mesquita Machado (círculo eleitoral de Braga) por António Magalhães da Silva. Esta suspensão é pedida por um período não superior a seis meses.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato eleito ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo referido partido no respectivo círculo eleitoral.

3 — Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, *Álvaro Monteiro* (PS) — Vice-Presidente, *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (PSD) — Secretários: *Alexandre Correia de Carvalho Reigoto* (CDS) — *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *António Cândido Miranda Macedo* (PS) — *Herculano Rodrigues Pires* (PS) — *Cristóvão Guerreiro Norte* (PSD) — *Amélia Cavaleiro Monteiro de A. Azevedo* (PSD) — *Vitor Afonso Pinto da Cruz* (CDS) — *Álvaro Augusto Veiga de Oliveira* (PCP) — *Acácio Manuel de Frias Barreiros* (UDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à eleição do Presidente e dos restantes elementos da Mesa da Assembleia da República.

Vai fazer-se a chamada para a votação.

*Procedeu-se à votação.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se ao escrutínio. Os Srs. Vice-Secretários *Henriques Mendes* e *Barbosa da Costa* serão os escrutinadores.

*Procedeu-se ao escrutínio.*

O Sr. Presidente: — O resultado do escrutínio é o seguinte quanto aos Vice-Presidentes:

*António Arnaut* (PS): votos sim, 187; votos não, 32; abstenções, 17; votos em branco, 1;

*Nuno Aires Rodrigues dos Santos* (PSD): votos sim, 163; votos não, 45; abstenções, 23; votos em branco, 5;

*António Martins Canaverde* (CDS): votos sim, 156; votos não, 60; abstenções, 23; votos em branco, 6;

*José Rodrigues Vitoriano* (PCP): votos sim, 144; votos não, 63; abstenções, 23; votos em branco, 6.

Secretários eleitos:

*Alfredo Pinto da Silva* (PS): votos sim, 214; votos não, 9; abstenções, 10; votos em branco, 3;

*José Gonçalves Sapinho* (PSD): votos sim, 163; votos não, 49; abstenções, 18; votos em branco, 6;

*Maria José Sampaio* (CDS): votos sim, 178; votos não, 40; abstenções, 12; votos em branco, 6;

*José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP): votos sim, 173; votos não, 36; abstenções, 21; votos em branco, 5; 1 voto nulo.

Vice-Secretários eleitos:

*Henriques Mendes* (PS): votos sim, 206; votos não, 12; abstenções, 14; votos em branco, 4;

*Carlos Alberto Coelho de Sousa* (PSD): votos sim, 149; votos não, 63; abstenções, 17; votos em branco, 7.

O total de votos expressos foi de 236.

Assim, proclamo desde já eleitos os Vice-Presidentes, os Secretários e os Vice-Secretários constantes da lista vencedora.

O resultado do escrutínio da eleição para Presidente da Assembleia da República é o seguinte:

*Teófilo Carvalho dos Santos* (PS): votos sim, 98; votos não, 80; abstenções, 51; votos em branco, 3; votos nulos, 3.

Total de votos entrados, 236.

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 23.º, considero como não eleito o Sr. Deputado *Teófilo Carvalho dos Santos*.

Segue-se o processo que é do conhecimento dos Srs. Deputados. O nosso Regimento não é expresso no seu n.º 5, e diz que, se nenhum candidato for eleito para a presidência, será reaberto o processo.

Quanto à reabertura do processo, em minha opinião, não deve ser feita hoje. Poderá ser reaberto na reunião dos grupos parlamentares da próxima segunda-feira, à hora que os Srs. Deputados acharem mais conveniente.

Depois disto, Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, felicitar os eleitos e assinalar mais uma vez o triunfo da democracia e do parlamentarismo nesta sessão da Assembleia da República. Procedeu-se democraticamente e praticou-se a democracia. Não há razões nem para descontentes, nem para jubilosos.

Cumpriram-se as regras pelas quais nos batemos a nossa vida inteira e que têm a sua expressão nas eleições livres.

Efectivamente, o Sr. Dr. *Teófilo Carvalho dos Santos* não obteve o número necessário de votos a que se refere o nosso Regimento.

Ninguém levará a mal, meu caro *Teófilo Carvalho dos Santos*, que lhe dirija, com muita emoção, um grande, forte e fraternal abraço de amizade, que vem desde recuados tempos, em que éramos tão poucos e que ombreámos corajosamente nas lutas contra o fascismo.

*Aplausos gerais.*

O Sr. Presidente: — O projecto de lei n.º 185/I, apresentado pelo Sr. Deputado *Carlos de Brito e outros*, baixa à 7.ª Comissão.

A próxima sessão será no dia 24 de Outubro, terça-feira.

Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 10 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Socialista (PS)

*António Carlos Ribeiro Campos.*

*António Francisco Barroso Sousa Gomes.*

*António Magalhães da Silva.*

*António Manuel de Oliveira Guterres.*

*Carlos Alberto Andrade Neves.*

*Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.*

*Eduardo Ribeiro Pereira.*

*Francisco de Almeida Salgado Zenha.*

*Jorge Augusto Barroso Coutinho.*

*José Gomes Fernandes.*

*José Luís do Amaral Nunes.*

*José Maria Parente Mendes Godinho.*

*Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.*

**Partido Social-Democrata (PSD)**

António Augusto Gonçalves.  
 António Júlio Simões de Aguiar.  
 Fernando José da Costa.  
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.  
 José Theodoro de Jesus da Silva.  
 Manuel da Costa Andrade.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
 João Lopes Porto.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Victor António Nunes de Sa Machado.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Domingos Abrantes Ferreira.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 José Manuel de Paiva Jara.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

*Deputados que faltaram à sessão:***Partido Socialista (PS)**

António Fernandes da Fonseca.  
 António Manuel Maldonado Gonelha.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Rui Paulo do Vale Valadares.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.  
 Maria Elia Brito Câmara.  
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.  
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Francisco António Lucas Pires.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.

O REDACTOR PRINCIPAL: *Manuel Adolfo de Vasconcelos.*